



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6644

Presidente da Mesa Diretora: Sebastião Ildeu Maia

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Modifica e revoga leis

Autoria: Executivo Municipal

Data: 02/05/2006

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 59/2006. Altera a redação do parágrafo 2º do artigo 197 da Lei nº 3.175, de 23/12/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Município de Montes Claros. (Referente à Lei nº 3.571, de maio/2006).

Controle Interno – Caixa: 16.3 **Posição:** 06 **Número de folhas:** 05

Espécie: PL
Categoria: modificação
nº: 16.3
Ordem: 06
nº fls: 03



59/2006
09-05-2006

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº ____/2006

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Altera a Redação do Parágrafo 2º do Art. 197 da Lei nº 3.1785 de 23
de dezembro de 2003

MOVIMENTO

- 1 -
- 2 - Entrada em - 02/05/2006
- 3 - Comissão Legislação e Justiça
- 4 - AMOVADO EM REGIME DE URGÊNCIA
- 5 - EM 09.05.2006
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.
PROCURADORIA JURÍDICA



Montes Claros, 27 de abril de 2006

Ofício nº. PJ/037/06

Assunto: Projeto de Lei

Serviço: Procuradoria Jurídica

Senhor Presidente;

Temos a honra de encaminhar a V. Exa. o incluso Projeto de Lei que tem por finalidade alterar § 2º do art. 197 da Lei nº 3.175 de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Município.

A alteração visa permitir economia ao erário público, levando-se em consideração o elevado gasto atual com as publicações em jornal oficial dos extratos de contratos administrativos, para atender necessidade de excepcional interesse público.

Na certeza de que o presente Projeto de Lei é relevante, acreditamos que, V. Exa e os seus pares certamente o aprovarão na íntegra.

Neste ensejo, renovamos ao nobre Presidente e aos demais ilustres Vereadores nossos protestos de estima e consideração.

Cordialmente,


Athos Avelino Pereira
Prefeito Municipal

Exmo. Sr. Sebastião Ildeu Maia
DD. Presidente da Câmara Municipal
Nesta



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.
PROCURADORIA JURÍDICA



*As Ocorrências
02/05/06*

PROJETO DE LEI Nº _____/2005

ALTERA A REDAÇÃO DO § 2º DO ART. 197 DA LEI Nº 3.175 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003.

O povo do Município de Montes Claros (MG), por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O § 2º do art. 197 da Lei nº 3.175 de 23 de dezembro de 2003 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 197 (...)

(...) ”

§ 2º. O contrato firmado com base neste artigo só gera efeitos a partir de sua publicação, conforme dispõe o artigo 96 da Lei Orgânica do Município, sob forma de extrato, especificando as partes contratantes, objeto, prazo, regime de execução, preço, condição de pagamento, critérios de reajuste, quando for o caso, e dotação orçamentária a ser utilizada. .(NR)

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Montes Claros (MG), 27 de abril de 2006.

Athos Avelino Pereira
Athos Avelino Pereira
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 02 DE MAIO DE 2006
PRESIDENTE

é legal e constitucional.
bequerbauer - 03.05.06.
F. Silva 030506
P. P.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 09 DE MAIO DE 2006
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº _____/2006 QUE “Altera a redação do §2º do art. 197 da Lei 3.175 de 23 de dezembro de 2003”, de autoria do Executivo Municipal.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.


Não se vislumbra no projeto em questão qualquer vício de iniciativa ou mesmo de finalidade, haja vista que o mesmo dispõe sobre questões relacionadas ao servidor público municipal, matéria afeita ao poder Executivo.

Também não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no dito projeto.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 03 de maio de 2006.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605